

AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR

- Os Cadernos de Prova de cada cargo possuem 4 tipos diferentes, sendo o conteúdo das questões o mesmo para todos, diferenciando-se apenas a ordem das questões e alternativas.
- Verifique acima o tipo do seu Caderno de Prova e preencha no cartão-resposta, em campo específico, o número correspondente ao tipo do seu Caderno de Prova.
- Cada questão da prova objetiva constitui-se de quatro alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, das quais apenas uma é a resposta correta.
- Todas as respostas julgadas como corretas do Caderno de Prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta, o qual será o único documento válido para a correção das provas objetivas e não será substituído em hipótese alguma.
- Faça o preenchimento do tipo de prova e da alternativa que julgar correta, conforme o exemplo a seguir: ●
- Confira se este Caderno de Prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu e se o mesmo contém **35** questões, numeradas de **1 a 35**.
- Verifique no caderno de prova se faltam folhas, se a sequência de questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.
- Deixe sobre a carteira apenas documento de identificação, caneta esferográfica de tinta azul ou preta feita de material transparente e recipiente transparente com água, sem qualquer etiqueta ou rótulo.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Ao terminar sua prova, entregue o cartão-resposta devidamente **preenchido e assinado** ao fiscal de sala e retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.

TEMPO DE PROVA

- A prova objetiva terá duração máxima de **3h00min**, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após 30 minutos de seu início e poderá levar o caderno de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após o encerramento da ata de sala.

NÃO É PERMITIDO

- Folhear o Caderno de Prova antes da autorização do fiscal.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova, sob qualquer forma ou alegação.
- Qualquer tipo de consulta, seja por meio de recursos didáticos, elétricos ou eletrônicos.
- Sair da sala durante a realização da prova sem o acompanhamento de um fiscal.
- Uso do banheiro após entregar seu cartão-resposta.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do cartão-resposta.

Conhecimentos Específicos

Questão 01

Uma empresa prestadora de serviços está em dia com o pagamento do ISSQN (obrigação principal), mas deixou de emitir as notas fiscais correspondentes a todos os serviços prestados. Registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) A emissão de notas fiscais é uma obrigação tributária acessória, que decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

(__) O descumprimento da obrigação acessória, como a não emissão de notas fiscais, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária (multa).

(__) O fato de a empresa ter pago o imposto correspondente ao serviço a isenta da multa pelo descumprimento da obrigação acessória de emitir o documento fiscal.

(__) A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) F, F, V, V.
- (B) F, V, F, V.
- (C) V, F, V, F.
- (D) V, V, F, F.

Questão 02

O município de São José do Cedro - SC decide instituir uma "Taxa de Segurança Pública", a ser cobrada de todos os proprietários de imóveis urbanos, com o objetivo de custear a Guarda Municipal. Com base nos conceitos do Código Tributário Nacional, tal cobrança é legal?

- (A) Sim, desde que o valor da taxa seja calculado com base no valor venal do imóvel do contribuinte, garantindo o princípio da capacidade contributiva.
- (B) Sim, porque a taxa remunera o exercício do poder de polícia, e a Guarda Municipal exerce o poder de polícia administrativa no âmbito do município, justificando a cobrança.
- (C) Não, porque a instituição de taxas para custear a segurança pública é de competência exclusiva da União, não podendo os municípios legislar sobre a matéria.
- (D) Não, porque a segurança pública é um serviço geral e indivisível (uti universi), prestado à coletividade como um todo, não podendo ser remunerado por taxa, que exige um serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Questão 03

O Prefeito de um município, visando aumentar a arrecadação para custear um novo programa social, sanciona uma lei em 30 de setembro de 2025, que eleva a alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e institui uma nova taxa de fiscalização ambiental para empresas, determinando a cobrança de ambos a partir de 1º de janeiro de 2026. Analise as afirmativas a seguir:

I. A cobrança do IPTU com a alíquota majorada em 1º de janeiro de 2026 respeita o princípio da anterioridade anual (ou de exercício) e o da anterioridade nonagesimal.

II. A instituição da nova taxa de fiscalização ambiental por meio de lei ordinária é válida, e sua cobrança a partir do exercício seguinte atende ao princípio da anterioridade.

III. A vinculação da receita do IPTU para custear o novo programa social é permitida, pois o princípio da não afetação da receita de impostos não se aplica aos tributos municipais.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III apenas.
- (B) I apenas.
- (C) I e II apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 04

Ocorre a integralização de um imóvel ao capital social de uma empresa cuja atividade preponderante não é a compra e venda ou locação de imóveis. Conforme a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional, como se dá a tributação pelo Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI) nesta operação?

- (A) A operação tem a incidência do ITBI suspensa, condicionada à verificação futura de que a empresa não se tornará de atividade preponderantemente imobiliária nos dois anos seguintes à aquisição.
- (B) A operação é amparada pela imunidade tributária, não havendo incidência do ITBI, uma vez que a atividade preponderante da empresa adquirente não é imobiliária.
- (C) A operação é isenta de ITBI, conforme previsão expressa no Código Tributário do município de São José do Cedro, que amplia a regra constitucional para todas as pessoas jurídicas.
- (D) A operação é tributada normalmente pelo ITBI, pois a integralização de capital é considerada uma transmissão onerosa de bens imóveis, independentemente da atividade da empresa.

Questão 05

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece mecanismos de controle para a chamada "despesa obrigatória de caráter continuado". Um município pretende criar um novo programa de assistência social que gerará uma despesa permanente. Qual requisito, entre outros, a LRF impõe ao gestor para a criação dessa despesa?

- (A) Publicar a lei que cria a despesa com, no mínimo, 180 dias de antecedência do final do mandato do prefeito, sendo vedada qualquer criação de despesa continuada em período inferior a este.
- (B) Comprovar que a despesa não ultrapassará 1% da Receita Corrente Líquida do município, sendo este o teto global para a criação de novos programas de natureza continuada.
- (C) Demonstrar a origem dos recursos para seu custeio e comprovar que a nova despesa não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), devendo apresentar medidas de compensação, como o aumento de receita.
- (D) Obter autorização prévia e expressa do Tribunal de Contas do Estado, que analisará o mérito do programa social e sua adequação às políticas públicas estaduais.

Questão 06

A Lei nº 4.320/1964 estabelece as etapas que a receita orçamentária percorre até sua efetiva disponibilização nos cofres públicos. Essas etapas são cruciais para o controle financeiro e orçamentário. Registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() O lançamento é simultaneamente um estágio da receita e um procedimento administrativo que constitui o crédito tributário, verificando a ocorrência do fato gerador e apurando o montante devido.

() A arrecadação, segundo estágio da receita, ocorre quando os contribuintes pagam o tributo devido exclusivamente nas agências do banco oficial do ente federativo.

() O recolhimento é a etapa final, na qual os valores arrecadados pelos agentes ou bancos arrecadadores são transferidos para a Conta Única do Tesouro do respectivo ente da Federação.

() A previsão é o primeiro estágio da receita orçamentária e consiste na estimativa de arrecadação que constará na Lei Orçamentária Anual, sendo um ato de planejamento.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) F, F, V, V.
- (B) V, F, V, V.
- (C) F, V, F, V.
- (D) V, V, F, F.

Questão 07

A inscrição de um crédito tributário em Dívida Ativa é um procedimento fundamental para que a Fazenda Pública possa iniciar a cobrança judicial. A Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830/1980) estabelece os requisitos para a validade do Termo de Inscrição e da respectiva Certidão de Dívida Ativa (CDA). Registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() A Certidão de Dívida Ativa goza de presunção de certeza e liquidez, que só pode ser ilidida por prova inequívoca a cargo do executado ou de terceiro a que aproveite.

() A omissão do número do processo administrativo que deu origem ao crédito na CDA é uma mera irregularidade formal, que não invalida o título executivo.

() A indicação do fundamento legal específico da dívida é um requisito essencial da Certidão de Dívida Ativa.

() Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa pode ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) V, F, V, V.
- (B) V, V, F, F.
- (C) F, F, V, V.
- (D) F, V, F, V.

Questão 08

Uma lei estadual institui um tributo sobre a propriedade de aeronaves. Um contribuinte questiona judicialmente a cobrança, alegando que o Estado não tem competência para criar tal imposto. Analise as afirmativas a seguir:

I. A Constituição Federal atribui aos Estados a competência para instituir o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), não havendo previsão para a tributação de aeronaves e embarcações.

II. O Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou o entendimento de que a competência dos Estados para instituir o IPVA abrange apenas veículos automotores terrestres.

III. A instituição de um imposto sobre a propriedade de aeronaves seria de competência residual da União, que pode criar impostos não previstos na Constituição, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I apenas.
- (B) I e II apenas.
- (C) II e III apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 09

Um Auditor Fiscal, ao analisar os documentos de uma empresa, interpreta uma norma tributária de forma excessivamente rigorosa e aplica uma multa em valor muito superior ao previsto em lei para a infração cometida. O ato do auditor, neste caso, pode ser classificado como um vício relacionado a qual aspecto do poder administrativo?

- (A) Poder vinculado, uma vez que a aplicação de multas é uma atividade em que o agente não possui qualquer margem de liberdade, devendo apenas seguir o texto literal da lei.
- (B) Abuso de poder, na modalidade excesso de poder, pois o agente atuou além dos limites de sua competência legal ao aplicar uma sanção em desacordo com o que a lei determina.
- (C) Poder discricionário, pois o auditor possui ampla liberdade para decidir o valor da multa com base em critérios de conveniência e oportunidade, não estando adstrito aos limites legais.
- (D) Abuso de poder, na modalidade desvio de finalidade, pois o auditor buscou alcançar um fim diverso do interesse público, como o de prejudicar pessoalmente o contribuinte.

Questão 10

Um contribuinte, após ser notificado de um lançamento de ofício, decide impugnar a cobrança administrativamente. No curso do processo, ele obtém uma medida liminar em mandado de segurança que determina a suspensão da exigibilidade do crédito. Registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() A impugnação administrativa apresentada pelo contribuinte, por si só, já extingue o crédito tributário, resolvendo a obrigação.

() A concessão de medida liminar em mandado de segurança é uma das hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional (CTN).

() O depósito do montante integral do crédito tributário em juízo é uma forma de exclusão do crédito, impedindo que a Fazenda Pública o inscreva em dívida ativa.

() Caso o contribuinte perca a ação judicial ao final, com a revogação da liminar, o crédito tributário volta a ser exigível, acrescido de juros de mora contados desde a data do vencimento original da obrigação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) V, F, V, F.
- (B) F, V, F, V.
- (C) F, F, V, V.
- (D) V, V, F, F.

Questão 11

Uma entidade religiosa, proprietária de um imóvel que utiliza para suas finalidades essenciais, aluga uma parte do mesmo para uma livraria comercial. A receita do aluguel é integralmente revertida na manutenção das atividades da entidade. A fiscalização municipal lança o IPTU sobre a totalidade do imóvel. Qual a análise correta sobre a incidência do imposto?

- (A) A imunidade se aplica apenas à parte do imóvel efetivamente utilizada para as atividades religiosas, devendo o IPTU incidir normalmente sobre a área locada para a livraria, pois esta exerce atividade com fins lucrativos.
- (B) A entidade religiosa deve solicitar a isenção do IPTU ao município anualmente, pois a imunidade não é autoaplicável e depende de um ato discricionário da autoridade fiscal local para ser concedida.
- (C) A imunidade tributária para templos de qualquer culto, prevista na Constituição, abrange o imóvel como um todo, desde que a renda obtida com o aluguel da parte comercial seja revertida para as finalidades essenciais da entidade, conforme entendimento do STF.
- (D) O imóvel perde totalmente a imunidade tributária, pois a locação de qualquer parte do bem a terceiros para fins comerciais descaracteriza sua finalidade essencial, tornando o IPTU exigível sobre a área total.

Questão 12

Um Auditor Fiscal de Tributos Municipais, em um processo administrativo tributário, deixa de praticar, injustificadamente, ato de ofício que era de sua responsabilidade, com o propósito deliberado de beneficiar um contribuinte amigo. Com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021 na Lei de Improbidade Administrativa. Analise as afirmativas a seguir:

I. A conduta do auditor, para ser enquadrada como ato de improbidade, exige a comprovação do dolo específico, ou seja, a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito de beneficiar o contribuinte.

II. O ato de "retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício" para satisfazer interesse pessoal constitui, em tese, ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.

III. Caso o auditor seja condenado, a sanção de perda da função pública somente poderá ser efetivada após o trânsito em julgado da sentença.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) I e II apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 13

O princípio da não afetação (ou não vinculação) da receita é uma importante diretriz do direito financeiro, visando dar maior flexibilidade ao gestor na alocação dos recursos. Analise as afirmativas a seguir:

I. Este princípio veda, como regra geral, a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.

II. A repartição de receitas tributárias, como a transferência de parte da arrecadação de ICMS aos municípios, é uma das exceções constitucionais ao princípio da não afetação.

III. A receita de taxas e contribuições de melhoria não é alcançada por este princípio, pois tais tributos possuem, por sua natureza, uma arrecadação vinculada à atividade estatal que lhes deu causa.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II apenas.
- (C) I apenas.
- (D) II e III apenas.

Questão 14

Um contribuinte é proprietário de um imóvel localizado na zona urbana do município de São José do Cedro - SC, que, apesar de não possuir edificação, conta com melhoramentos como meio-fio e abastecimento de água. Conforme o Código Tributário do referido município, qual é o fato gerador do IPTU para este imóvel?

- (A) A existência de, no mínimo, três melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público na área onde se localiza o imóvel, sendo a ausência destes um impeditivo para a cobrança do imposto.
- (B) A propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.
- (C) O registro da propriedade no Cartório de Registro de Imóveis em nome do contribuinte no primeiro dia do exercício financeiro, sendo este o único critério para a ocorrência do fato gerador.
- (D) A efetiva utilização comercial ou residencial do imóvel, sendo que terrenos não utilizados, mesmo que localizados em zona urbana, são isentos do imposto.

Questão 15

Uma empresa foi extinta de forma irregular, deixando débitos tributários com o município. O Fisco, ao constatar a impossibilidade de cobrar da pessoa jurídica, decide redirecionar a execução fiscal para o sócio-gerente que administrava a empresa à época dos fatos geradores. Registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) O redirecionamento da execução para o sócio-gerente é possível com base no art. 135, III, do CTN, que prevê a responsabilidade pessoal dos diretores e gerentes por obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.

(__) A dissolução irregular da sociedade é considerada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) como um ato praticado com infração à lei, o que autoriza o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

(__) A responsabilidade do sócio-gerente, neste caso, é subsidiária, ou seja, ele só responde com seus bens após o esgotamento completo de todas as tentativas de cobrança contra a pessoa jurídica.

(__) O mero inadimplemento do tributo pela empresa, por si só, já configura infração à lei suficiente para responsabilizar pessoalmente o sócio-gerente, mesmo que a empresa continue ativa.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) V, F, V, F.
- (B) F, F, V, V.
- (C) F, V, F, V.
- (D) V, V, F, F.

Questão 16

Durante um processo administrativo tributário, o contribuinte autuado requer a produção de uma prova pericial, que é indeferida pelo julgador de primeira instância sob o argumento de ser "desnecessária e protelatória". O contribuinte alega cerceamento de defesa. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo federal e cujos princípios são aplicáveis aos municípios, analise as afirmativas a seguir:

I.O indeferimento de provas pelo julgador deve ser devidamente motivado, indicando os fundamentos de fato e de direito que levaram à decisão, em observância ao princípio da motivação.

II.O contribuinte, como interessado no processo, tem o direito de propor a produção de provas, e o indeferimento de provas essenciais à sua defesa pode, de fato, caracterizar cerceamento de defesa.

III.O princípio da verdade material, que rege o processo administrativo, permite que a autoridade busque todas as provas necessárias para a elucidação dos fatos, não ficando restrita às provas apresentadas pelas partes.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III apenas.
- (C) I e II apenas.
- (D) I apenas.

Questão 17

Um Auditor Fiscal de Tributos Municipais, ao final de um procedimento de fiscalização, lavra um auto de infração e constitui um crédito tributário contra um contribuinte. Este ato administrativo possui atributos que lhe conferem particularidades no ordenamento jurídico. Qual atributo garante que o ato se presume verdadeiro e em conformidade com a lei até que o interessado prove o contrário?

- (A) Presunção de legitimidade e veracidade, que inverte o ônus da prova para o administrado, cabendo a este demonstrar a existência de vício no ato para afastar sua aplicabilidade.
- (B) Imperatividade, que impõe a observância do ato a terceiros, independentemente de sua concordância, fazendo com que o crédito tributário seja exigível imediatamente após a notificação.
- (C) Autoexecutoriedade, que permite à Administração Tributária executar a cobrança do crédito por meios próprios, como a penhora de bens do contribuinte, sem necessidade de processo judicial.
- (D) Tipicidade, que impede que a Administração pratique atos que não estejam previamente definidos em lei, garantindo que o auto de infração siga um modelo estritamente vinculado.

Questão 18

Uma empresa de engenharia consultiva, com sede no município de São Paulo - SP, é contratada para elaborar o projeto de uma ponte localizada integralmente no município de São José do Cedro - SC. Os engenheiros e projetistas desenvolvem todo o projeto em seu escritório em São Paulo. De acordo com a Lei Complementar nº 116/2003, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) sobre este serviço é devido a qual município?

- (A) A nenhum dos municípios, pois serviços de engenharia prestados para obras em outra unidade da federação são imunes à tributação pelo ISSQN, conforme entendimento consolidado.
- (B) A ambos os municípios, devendo o valor do imposto ser repartido proporcionalmente entre eles, conforme o número de horas trabalhadas em cada localidade, para evitar a guerra fiscal.
- (C) Ao município de São Paulo - SP, pois a regra geral estabelece que o imposto é devido no local do estabelecimento prestador, e o serviço de engenharia consultiva não se enquadra nas exceções legais que deslocam a competência.
- (D) Ao município de São José do Cedro - SC, pois a regra geral de tributação no local do estabelecimento do prestador é excepcionada nos casos de elaboração de projetos, sendo o imposto devido no local da execução da obra ou do serviço projetado.

Questão 19

A legislação tributária prevê diferentes modalidades de lançamento do crédito tributário, conforme a participação do sujeito passivo na apuração do tributo. Analise as afirmativas a seguir:

I.No lançamento por declaração, o Fisco, com base na declaração prestada pelo contribuinte, notifica-o do valor do crédito tributário a ser pago, sendo a declaração a única informação necessária para a constituição do crédito.

II.O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é um exemplo clássico de tributo sujeito ao lançamento de ofício, no qual a autoridade administrativa realiza todo o procedimento para apurar e constituir o crédito, notificando o contribuinte para pagamento.

III.O lançamento por homologação ocorre quando o contribuinte apura o montante do tributo devido, efetua o pagamento antecipado e submete sua atividade à autoridade fiscal, que tem um prazo decadencial de cinco anos para homologar expressa ou tacitamente o procedimento.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) I apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III apenas.

Questão 20

Um Auditor Fiscal se depara com um contribuinte do ISSQN que não possui escrita contábil regular e se recusa a exibir os documentos fiscais solicitados, tornando impossível a apuração direta do valor dos serviços prestados. Diante dessa situação, o Fisco precisa utilizar um método indireto para constituir o crédito tributário. Registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) O arbitramento é a técnica aplicável quando o Fisco, diante da omissão ou da imprestabilidade das declarações ou documentos do contribuinte, apura o valor da base de cálculo por meios indiretos, utilizando elementos como o aluguel do estabelecimento, o número de empregados ou o consumo de energia elétrica.

(__) A estimativa é um regime de apuração prévia do tributo, aplicável a contribuintes de difícil fiscalização, no qual o Fisco fixa um valor a ser pago periodicamente, sujeito a um ajuste posterior com base nos dados reais.

(__) O arbitramento do valor da base de cálculo pelo Auditor Fiscal deve ser um ato fundamentado, indicando os critérios e elementos que foram utilizados para chegar ao valor arbitrado, sob pena de nulidade do lançamento.

(__) Uma vez que o valor do imposto é fixado por estimativa, o contribuinte fica dispensado de emitir notas fiscais e de manter qualquer tipo de escrituração.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) F, V, F, V.
- (B) F, F, V, V.
- (C) V, V, V, F.
- (D) V, F, V, F.

Língua Portuguesa

Questão 21

Considerando as regras de emprego da crase e os casos em que sua utilização é obrigatória, assinale a alternativa em que o seu uso está correto.

- (A) O diretor referiu-se à respeito de todos os alunos presentes.
- (B) Os convidados chegaram à noite, após longa viagem.
- (C) Entregou os documentos à quem de direito deveria analisá-los.
- (D) Voltaram à essa casa, que ficava em outra cidade.

Questão 22

Associe corretamente a Coluna I, que apresenta períodos compostos, à Coluna II, que indica o tipo de coordenação presente em cada um.

Coluna I

- (__) *Fez as malas, saiu apressado, pegou o táxi.*
- (__) *Estudou muito, mas não conseguiu ser aprovado.*
- (__) *Ou você aceita as regras, ou desiste do jogo.*
- (__) *Choveu demais, portanto, a estrada ficou alagada.*

Coluna II

- I. Coordenação assindética*
- II. Coordenação sindética adversativa*
- III. Coordenação sindética alternativa*
- IV. Coordenação sindética conclusiva*

Assinale a alternativa com a sequência correta na Coluna I:

- (A) I - II - III - IV.
- (B) IV - III - II - I.
- (C) III - II - IV - I.
- (D) I - III - II - IV.

Questão 23

A correta identificação do tipo de oração depende da função sintática que a oração subordinada desempenha em relação à principal, e não apenas da presença de conjunções integrantes. Com base nessas informações, analise o período abaixo:

"Era necessário que todos se unissem para resolver o problema."

Assinale a alternativa que indica corretamente o tipo de oração subordinada substantiva destacada.

- (A) Oração subordinada substantiva objetiva direta.
- (B) Oração subordinada substantiva completiva nominal.
- (C) Oração subordinada substantiva subjetiva.
- (D) Oração subordinada substantiva predicativa.

Questão 24

Os termos integrantes da oração desempenham papel essencial na complementação de sentidos de verbos, nomes e na estrutura da voz passiva. Eles não podem ser suprimidos sem comprometer a coerência da oração. Analise as afirmativas a seguir sobre os termos integrantes e, ao final, assinale a alternativa correta.

I.O objeto direto complementa o sentido de um verbo transitivo direto e não é precedido por preposição.

II.O objeto indireto é o termo que complementa o sentido de um verbo transitivo indireto, exigindo o uso de uma preposição obrigatória.

III.O complemento nominal completa o sentido de substantivos, adjetivos e advérbios, sendo sempre ligado a eles por preposição.

IV.O agente da passiva é um termo integrante que sempre acompanha verbos transitivos diretos.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.

Questão 25

A estrutura da oração é formada por diferentes termos que cumprem funções específicas dentro da construção sintática. Analise a relação correta entre as colunas a seguir, associando cada termo à sua respectiva função ou característica.

Coluna A

*(__)*Indicam circunstâncias, especificações ou explicações adicionais, podendo ser retirados sem comprometer o sentido principal da oração.

*(__)*Formam a base da estrutura oracional, sendo indispensáveis à existência da oração.

*(__)*Completam o sentido de verbos, nomes ou indicam o agente da voz passiva.

Coluna B

I.Termos acessórios;

II.Termos essenciais;

III.Termos integrantes.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta ao preencher a Coluna A:

- (A) II - I - III.
- (B) III - II - I.
- (C) I - II - III.
- (D) I - III - II.

Questão 26

Analise as afirmativas abaixo sobre os tipos de predicado — verbal, nominal e verbo-nominal:

I.O predicado verbal tem como núcleo um verbo de ligação e expressa estado ou qualidade atribuída ao sujeito.

II.O predicado nominal tem como núcleo um verbo de ação e dispensa a presença de predicativo do sujeito.

III.O predicado verbo-nominal apresenta dois núcleos: um verbo nocional que indica ação e um nome que exprime estado ou qualidade, funcionando como predicativo.

IV.O predicado verbal pode apresentar dois núcleos, desde que haja um verbo de ligação seguido de predicativo do objeto.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (B) Apenas a afirmativa IV está correta.
- (C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) Apenas a afirmativa III está correta.

Questão 27

Os vícios de linguagem comprometem a clareza, a correção e a elegância da comunicação. É comum que esses desvios passem despercebidos na linguagem cotidiana, mas em contextos formais de escrita e oralidade, sua presença afeta diretamente a credibilidade e a precisão do discurso. Considerando os principais tipos de vícios de linguagem, analise as alternativas abaixo e assinale aquela em que há ocorrência de barbarismo.

- (A) A empresa vai estar encaminhando o relatório amanhã de manhã.
- (B) Entrou dentro do carro apressadamente e saiu dirigindo.
- (C) Eu não vi ela ontem à noite, estava muito cansado.
- (D) Eu era muito novo quando comecei a trabalhar.

Questão 28

Considere o trecho a seguir:

"Clarice Lispector, grande escritora brasileira, revolucionou a literatura com sua linguagem introspectiva."

Com base na análise sintática do período e nos conceitos dos termos acessórios da oração, assinale a alternativa correta.

- (A) "Revolucionou a literatura" constitui um aposto especificativo que amplia o sentido do verbo "revolucionou".
- (B) "Com sua linguagem introspectiva" é um adjunto adnominal que determina o substantivo "literatura".
- (C) "Clarice Lispector" é um adjunto adnominal que determina o substantivo "escritora".
- (D) "Grande escritora brasileira" é um aposto explicativo que caracteriza o termo "Clarice Lispector".

Questão 29

Considerando os erros mais frequentes de regência nominal, analise as alternativas abaixo e assinale aquela que está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) O aluno estava desconfiado sobre ter acertado todas as respostas da prova.
- (B) O juiz mostrou-se adequado com os princípios estabelecidos pela Constituição.
- (C) O réu estava convicto de que seria inocentado das acusações apresentadas.
- (D) A professora estava disposta em corrigir todas as provas até o fim do dia.

Questão 30

A colocação pronominal é um dos temas mais complexos da sintaxe normativa. Observe atentamente as orações abaixo e classifique-as quanto ao tipo de colocação pronominal (próclise, mesóclise ou ênclise):

I. *Jamais me esquecerei daquele dia.*

II. *Orgulhar-me-ei das conquistas alcançadas.*

III. *Entregou-se completamente ao trabalho.*

IV. *Quando te disseram isso, acreditaste?*

Assinale a alternativa correta, que indica a correspondência entre os tipos de colocação pronominal e as orações apresentadas.

- (A) I – mesóclise; II – ênclise; III – próclise; IV – ênclise.
- (B) I – próclise; II – ênclise; III – mesóclise; IV – próclise.
- (C) I – próclise; II – mesóclise; III – ênclise; IV – próclise.
- (D) I – ênclise; II – próclise; III – mesóclise; IV – próclise.

Conhecimentos Gerais

Questão 31

Os biomas brasileiros apresentam grande diversidade de paisagens, vegetação e condições climáticas. Com base nessas características, relacione corretamente os biomas da Coluna I às suas principais particularidades ambientais descritas na Coluna II.

Coluna I – Biomas

1. Amazônia
2. Cerrado
3. Caatinga
4. Mata Atlântica
5. Pampa
6. Pantanal

Coluna II – Características

(__) Bioma com vegetação de savana, árvores de troncos retorcidos e raízes profundas, adaptadas ao clima tropical com duas estações bem definidas.

(__) Maior bioma do Brasil, com floresta densa, clima equatorial úmido e chuvas bem distribuídas durante o ano.

(__) Área de planícies sazonalmente inundadas, rica em biodiversidade aquática e terrestre, influenciada por cheias dos rios.

(__) Bioma típico do Semiárido, com vegetação xerófila, clima quente e seco, e chuvas irregulares.

(__) Vegetação composta por campos naturais e clima subtropical, com invernos frios e ocorrência de geadas.

(__) Floresta tropical úmida, muito devastada pela urbanização e pela expansão agrícola, que abriga grande biodiversidade endêmica.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) 1 – 2 – 6 – 3 – 5 – 4.
- (B) 2 – 1 – 6 – 3 – 5 – 4.
- (C) 3 – 1 – 2 – 6 – 4 – 5.
- (D) 1 – 3 – 5 – 2 – 4 – 6.

Questão 32

Recentemente, o governo brasileiro tem buscado renegociar tarifas impostas pelos EUA que afetam suas exportações. Com base nas notícias mais recentes, qual das opções abaixo melhor descreve essa nova fase nas relações Brasil-Estados Unidos?

- (A) O Brasil decidiu retaliar impondo tarifas equivalentes sobre importações americanas para forçar os EUA a suspenderem as taxas de 40%.
- (B) O Brasil está exigindo compensações financeiras por danos causados pelas tarifas, e ameaça entrar com processo na OMC se os EUA não recuarem.
- (C) Os EUA anunciaram que não vão negociar tarifas até que o Brasil ajuste sua política ambiental sob risco de represálias econômicas.
- (D) Autoridades dos dois países concordaram em um encontro presencial para tratar de comércio, após pedido do Brasil para que sejam retiradas tarifas de 40% sobre produtos brasileiros.

Questão 33

Na história dos povos que deram início à colonização do território de São José do Cedro/SC, destacam-se aspectos culturais e sociais de uma comunidade formada por diferentes grupos étnicos, que desenvolveram costumes próprios ao longo do tempo. Considerando essas informações, assinale a alternativa que melhor representa a transformação cultural e social vivida por essa população.

- (A) A mulher possuía total liberdade para escolher o próprio destino e participar ativamente das decisões familiares, sendo respeitada como figura central da comunidade.
- (B) A miscigenação racial e a convivência entre diferentes origens promoveram uma fusão de costumes, resultando em tradições unificadas, especialmente nas práticas de lazer, religião e trabalho.
- (C) A cultura local manteve-se homogênea e isolada, sem influência de outros grupos, preservando integralmente as tradições originais de seus primeiros habitantes.
- (D) O lazer e as práticas religiosas eram vistos como atividades secundárias, sem grande relevância na vida cotidiana das pessoas.

Questão 34

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São José do Cedro/SC, qual das alternativas abaixo **NÃO** retrata uma das formas por meio das quais a nomeação será feita?

- (A) Em comissão, para os cargos de confiança, de livre nomeação e exoneração.
- (B) Em caráter especial de contratação temporária, de acordo com a legislação vigente.
- (C) Em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de provimento efetivo.
- (D) Em caráter provisório, quando houver necessidade imperativa do poder executivo.

Questão 35

Segundo a Lei Orgânica do Município de São José do Cedro/SC, o servidor municipal será responsabilizado pelos atos que praticar no exercício do cargo ou função ou a pretexto de exercê-lo. Em quais esferas essa responsabilização ocorrerá?

- (A) Criminal e civil, apenas.
- (B) Civil, criminal e administrativa.
- (C) Administrativa e criminal, apenas.
- (D) Administrativa e civil, apenas.

